

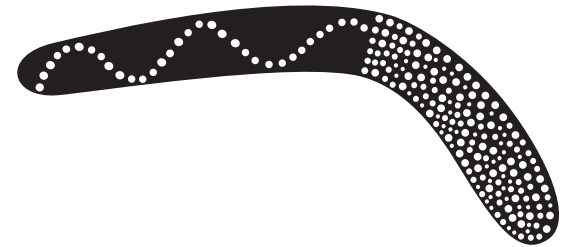


TERRA NULLIUS

SVEN LINDQVIST

terra nullius

viagem
aos antípodas



TRADUÇÃO DE LUÍS MEXÊDO

PREFÁCIO DE CARLOS VAZ MARQUES

COORDENADOR DA COLECÇÃO

CARLOS VAZ MARQUES

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
M M X V

ÍNDICE

A tradução deste livro teve o apoio financeiro do Swedish Arts Council.

The translation of this book received a financial support from the Swedish Arts Council

© 2015, Edições tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6A,
1500-461 Lisboa
Tels: 21 726 90 28/29/30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título original: *Terra Nullius: En resa genom ingens land*
© 2005, Sven Lindqvist

Título: *Terra Nullius: Viagem aos Antípodas*
Autor: Sven Lindqvist
Tradução: Luís Mexêdo
Prefácio: Carlos Vaz Marques
Coordenador da colecção: Carlos Vaz Marques
Revisão e composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares)

1.ª edição: Junho de 2015
ISBN 978-989-671-264-8
Depósito Legal n.º 392908/15

PREFÁCIO 9

Rumo a Moorundie	15
O segredo do deserto	25
Rumo ao Complexo de Kahlin	65
Os mortos não morrem	95
Rumo a Pinjarra	129
O cheiro do homem branco	155
A terra	173

Cronologia 219

Notas 231

Bibliografia 235

NOTA BIOGRÁFICA 245

PREFÁCIO

por Carlos Vaz Marques

Ficou célebre a frase do filósofo medieval Bernard de Chartres segundo a qual «somos como anões aos ombros de gigantes». À custa deles, a partir de um lugar mais alto, o nosso olhar chega mais longe. O pensador francês põe o acento tónico no valor daqueles que nos antecederam, oferecendo-nos muito do saber de que hoje podemos usufruir. Antes de nós, houve de facto gente genial, capaz de descobrir e inventar grande parte do que temos ao nosso dispor, o que permite aos melhores de entre os nossos contemporâneos — na ciência, como na arte — a veleidade de tentarem acrescentar algo de novo ao complexo edifício do conhecimento humano.

Numa segunda leitura, contudo, a afirmação de Bernard de Chartres revela-se clamorosamente insuficiente. Falha na intenção de descrever a herança que, sem qualquer mérito nosso, nos calhou em sorte. Somos como anões não apenas aos ombros de gigantes mas também aos ombros de uma multidão de outros anões, a quem devemos o desbravar de caminhos que agora percorremos sem esforço. Foi gente comum, anões como nós, que asfaltou a estrada pela qual viajamos. Avançamos nela, sem nos determos a pensar em quem misturou areia, gravilha e pez para a tornar transitável. Temos à nossa frente

um horizonte aberto por aqueles que nos antecederam, permitindo-nos que concentremos a atenção, cada qual a seu modo, nos detalhes da paisagem. Beneficiamos assim de um património incalculável, construído simultaneamente de genialidade e de esforço.

Nos antípodas dessa herança entusiasmante esconde-se no entanto uma outra, bem mais lúgubre. É dela que Sven Lindqvist fala neste livro. Parafrazeando ainda Bernard de Chartres, a partir do olhar do escritor sueco, dir-se-á que somos como anões empoleirados numa imensa montanha de cadáveres.

É a partir deste pressuposto que Lindqvist percorre a Austrália — como já anteriormente tinha interrogado, em *Exterminem Todas as Bestas* (Caminho, 2005), o colonialismo europeu em África, nomeadamente no antigo Congo belga, o coração das trevas.

Mais do que uma viagem física e geográfica, *Terra Nullius* é uma viagem histórica e política. É de política que se fala quando o que está em discussão é saber se o presente pode e deve expiar os crimes do passado. A equação decisiva surge nas últimas páginas, já depois de Sven Lindqvist lhe ter respondido de forma categoricamente afirmativa ao longo dos onze mil quilómetros percorridos: «Existe de maneira geral culpa colectiva? A culpa colectiva pode ser herdada?»

A questão é melindrosa e propícia a desentendimentos e recriminações, o que só a valoriza e lhe confere uma actualidade redobrada. A resposta do escritor sueco enquadra-se naquilo a que convencionou chamar-se, a partir do título de um livro de Pascal Bruckner, «o remorso do homem branco».

A Austrália tem, evidentemente, um passado anterior à colonização branca. Sven Lindqvist parte para a longa viagem que deu origem a *Terra Nullius* procurando vestígios de um

passado que foi em grande medida apagado. Pelo caminho, o que salta à vista do autor são sobretudo os traços que confirmam a ideia de que a sociedade australiana moderna nasceu sob uma cultura penal. Pior: vocacionada para a extinção dos autóctones, os indesejados aborígenes que contrariavam a tese de que aquele lugar era terra de ninguém.

Há uma certa ironia no modo como a Europa culta debateu as particularidades da cultura aborígene. Na transição do século XIX para o século XX, os autóctones australianos serviram a alguns dos mais brilhantes intelectuais europeus — Engels, Durkheim, Freud, Kropotkin, Malinowski — como exemplo no estudo da evolução humana. Entre todos estes havia um elemento em comum: nunca tinham visto um aborígene na vida, nunca tinham estado na Austrália.

A cultura de segregação permaneceu durante boa parte do século XX, e viajar pelo território australiano ao lado de Sven Lindqvist é procurar os vestígios dessa ausência, ainda traumática.

A complexidade da questão adensa-se quando nos perguntamos se poderemos julgar o passado a partir do quadro mental que é hoje o nosso.

Sem subirmos a um promontório não nos é dado ver o horizonte, como reconhece a certa altura o próprio Lindqvist, num dos belos momentos de prosa que este livro contém: «É a planura que nos faz crer que a Austrália é feia e vazia. A planura mantém-nos reféns entre os arbustos. Mas logo que a estrada se eleva um pouco e permite uma visão sobre o canto do mata-gal, abrem-se paisagens fantásticas.»

Nessa elevação que nos permite ver mais longe estamos simultaneamente aos ombros de gigantes e sobre um terreno fertilizado por cadáveres.

O passado não é um lugar tranquilo.

**TERRA
NULLIUS**

VIAGEM AOS ANTÍPODAS

RUMO A MOORUNDIE

I

Terra nullius. Do latim *terra*, solo, terreno, e de *nullius*, de ninguém.

Portanto: terra de ninguém, terra que não pertence a ninguém, ou a ninguém que mereça ser levado em consideração.

Significado original: terra que não pertence ao Império Romano. Durante a Idade Média: terra que não pertence a um soberano cristão. Mais tarde: terra que nenhum estado europeu tenha ainda reivindicado. Terra que é legitimamente atribuída ao primeiro estado europeu que a invadir.

Terra vazia. Terra desabitada. Terra que em breve se encontrará despovoada porque é habitada por raças inferiores, condenadas a desaparecer pelas leis da natureza. Terra onde os habitantes de origem são — ou em breve serão — tão poucos que se tornam irrelevantes.

Terra nullius. Conceito jurídico que durante o século XIX foi usado para justificar a ocupação europeia de grande parte da área terrestre do planeta, conceito este particularmente comum na defesa da ocupação britânica da Austrália.

Moorundie? Morrundie? Não, o Royal Automobile Club, em Adelaide, desconhecia.

— Mas foi a localidade onde se travaram os primeiros combates entre brancos e negros no sul da Austrália — repliquei. Um povo inteiro, os Ngaiawong, foi dizimado. Tinham lá vivido durante mais de cinco mil anos. Deve haver pelo menos alguma espécie de memória ou de monumento comemorativo?

Não, o nome da localidade não constava de nenhum dos seus mapas ou itinerários. Remeteram-me para o South Australian Museum, que também nada sabia sobre Moorundie. Na exposição do museu, os nativos vivem num presente contínuo, num agora permanente, eterno e atemporal, ao qual tanto falta futuro como história. Nada é dito sobre o que a invasão do homem branco fez com aqueles que foram invadidos.

— Mas foi aqui que o explorador Edward John Eyre iniciou a investigação científica sobre os nativos da Austrália — disse eu. — Foi em Moorundie que reuniu material para a tese *Manners and Customs of the Aborigines of Australia*, que é a porta de acesso a tudo o que este museu tem para mostrar sobre os aborígenes...

Não, a secção de informação do museu lamentou não me poder informar e remeteu-me para o centro de turismo, que por sua vez me mandou para um outro posto de turismo — que também nada sabia. Moorundie parecia ter sido engolida pela terra.

Em Adelaide comemorava-se o Dia da Reconciliação. «*Sorry*» era o que se lia nos cartazes. «Perdão», diziam os 50 mil manifestantes brancos. Protestavam contra a recusa do governo australiano em pedir perdão pelas injustiças que foram e que ainda continuam a ser cometidas contra os aborígenes da Austrália. Cinquenta mil brancos mostravam a sua solidariedade para com os negros, exigindo que o governo pedisse perdão. Entre os 950 mil habitantes de Adelaide que não participaram na manifestação houve quem aceitasse o desafio, e, nos dias seguintes, reagisse na internet e em cartas às redacções dos jornais. Salientavam que «*Sorry*» não era apenas uma cortesia e que, se o governo pedisse perdão aos nativos, a geração actual teria então de assumir a responsabilidade das gerações anteriores por crimes já prescritos. Se acaso o governo murmurasse sequer a palavra «perdão», abrir-se-iam todas as comportas para uma enxurrada de pedidos de indemnização de pessoas que, em comum com as vítimas dos crimes passados, mais não têm senão a cor da pele.

«Perdão para quê?», diziam outros. Tinham-se cometido, é certo, atrocidades em ambos os lados do conflito; era natural que a civilização técnica e militarmente mais desenvolvida derrotasse a tecnicamente inferior. O que aconteceu na Austrália também aconteceu na América do Norte e na América do Sul, na Sibéria e na Ásia Central. Vastas regiões do planeta são agora povoadas por imigrantes europeus que afastaram a população original, população essa que, por sua vez, em muitos casos já se tinha imposto a uma população anterior. Deveriam todos ser indemnizados? E, nesse caso, quem deveria pagar? Para quê?

Localizei finalmente Moorundie/Morrundie num computador, na secção de cartografia do Ministério do Ambiente. A localidade ficava na margem do rio Murray, imediatamente a sul de Blanchetown.

Saio de Adelaide numa manhã fria e maravilhosa de Junho. O verde desponta nos vinhedos, o trigo de Inverno brilha nos campos vermelho-acastanhados, os arbustos azuis da charneca estão repletos de estrelas. Uma ou outra estrada de cascalho branco e brilhante, lembrando a Gotlândia, revela a existência de pedreiras de calcário. Uma ou outra colina alongada e sem árvores recorda a Escócia.

Aqui não há pinheiros ou abetos, nem vidoeiros ou tílias, nem carvalhos ou ulmeiros. Aqui só há acácias e eucaliptos, e é tudo! Mas na Austrália estas duas espécies parecem poder adoptar as formas mais diversas. Uma vez que existem apenas dois tipos de árvores, estas assumem toda uma riqueza de formas que noutros continentes se distribuem por numerosas espécies e famílias.

As copas das árvores flutuam como nuvens no céu. A vegetação parece pairar no ar, indolentemente inclinada para o nada. Subitamente emerge qualquer coisa que se assemelha a uma coroa de endro sobre as restantes copas. Noutro repente a paisagem apresenta-me um ramalhete de árvores unidas por um punhado húmido de raízes emaranhadas e semienterradas no solo.

O rio é lento e rico em sedimentos a jusante de Blanchetown, criando uma paisagem exuberante e húmida no seu leito. Uma estrada de terra batida estende-se ao longo da margem. O nome Moorundie está principalmente associado a uma ilha formada por sedimentos, no meio do rio.

John Eyre chegou aqui a 15 de Junho de 1839, julgando ter encontrado o paraíso. Havia tudo que era necessário para uma vida boa: água corrente, árvores frondosas, solo fértil e milhares de pássaros e peixes: era, de facto, o local ideal para um colonato. Eyre apressou-se a regressar a Adelaide, onde comprou cerca de 700 hectares de terras em Moorundie ao governo da colónia recém-fundada. Tornou-se assim proprietário de terras no paraíso.

O requisito necessário para a compra era que a terra não pertencesse a outra pessoa, ou seja, que fosse, como então se dizia, *terra nullius*, terra de ninguém, terra desabitada.

Havia apenas um obstáculo: Moorundie não era desabitada. Os aborígenes já aí viviam havia pelo menos cinco mil anos e não estavam dispostos a sair de lá. Cada vez que uma manada de gado era conduzida através do continente, das antigas colónias penais de Sidney e de Melbourne, a leste, para a nova colónia de imigrantes de Adelaide, havia confrontos ao chegarem a Moorundie. Um observador contemporâneo descreveu assim a situação: «Podia-se ter a certeza de que, assim que os brancos fossem suficientemente superiores, viriam a chacinar os negros.»

Eyre anotou no diário: «O único pensamento dos homens é a vingança — dispararam sobre cada indígena que vêem.» Avançar com a ajuda de armas talvez tenha facilitado daquela vez a passagem do gado, mas vai criar dificuldades para as manadas seguintes e para os brancos que queiram estabelecer-se no vale.

E foi precisamente isso que veio a acontecer — os combates intensificaram-se de ano para ano e culminaram, em 1841, com um massacre em que os soldados brancos dizimaram os

aborígenes, independentemente da idade e do género. Segundo dados oficiais, foram mortos 30 negros. O verdadeiro número foi, na realidade, muito mais elevado.

Após o massacre, Eyre foi nomeado governador distrital de Moorundie, com a tarefa de aprender a conhecer melhor os nativos e pôr fim aos combates. Quando renunciou, três anos mais tarde, disse orgulhosamente que, durante o seu mandato, em caso algum os europeus tinham sofrido danos graves ou sido sujeitos a ataques pelos nativos. Eyre conseguiu também conter os piores abusos de poder dos brancos. Estabeleceu um regime paternalista com uma distribuição mensal de farinha e de açúcar. Mas não pôde impedir que a sociedade aborígene se desmoronasse em impotência, humilhação e desprezo próprio. Os negros adoeciam com as doenças dos brancos e o excesso de população nos seus acampamentos facilitava a propagação das infecções. Homens brancos sem mulheres brancas perseguiram mulheres negras e propagavam doenças venéreas que em 1841 ainda eram desconhecidas em Moorundie. Três anos depois, muitos estavam à beira da morte.

6

Passadas algumas décadas, todo um povo tinha desaparecido. Já ninguém falava a sua língua materna, ninguém venerava os seus lugares sagrados. Tão-pouco existe qualquer espécie de memória ou de monumento comemorativo.

Foi genocídio? E, nesse caso, quando se pode começar a falar de genocídio? Quando abateram cada aborígene em que punham a vista em cima? Quando compravam ou violavam as mulheres e as contagiavam com sífilis? Ou já quando, sob a

ameaça de armas, lhes usurparam as terras e compraram a paz com rações de farinha?

O conceito de genocídio nem sequer tinha sido ainda inventado, replicam aqueles que não querem pedir perdão. Demorou cem anos até a palavra «genocídio» ter sido usada pela primeira vez, e mais tempo demorou ainda antes de definitivamente ter valor jurídico. Julgar as pessoas de 1840 pelas leis e moral actuais é anacrónico. Elas não poderiam saber que o que fizeram viria a ser, no futuro, considerado errado. Genocídio presume intenção. Mas aqueles que se estabeleceram em Moorundie não sabiam quais seriam as consequências das suas acções. Não compreenderam que os nativos se extinguiriam. Não podem ser culpados por algo que não podiam prever.

Mas a verdade é que o destino dos aborígenes bem poderia ter sido previsto. Em 1837, uma comissão parlamentar britânica investigou a situação dos povos indígenas em todo o império, da Terra Nova, onde o último nativo foi abatido a tiro em 1823, à África do Sul e à Austrália, onde povos inteiros estavam em vias de extinção. O comité concluiu que os europeus se tinham apropriado ilegalmente dos territórios dos indígenas, dizimando-os e destruindo o seu modo de vida. «A injustiça e a crueldade» foram as principais causas da extinção dos povos nativos.

Eyre chegou à mesma conclusão após uma estadia de três anos em Moorundie.

É um facto inegável que, por onde quer que seja que se tenham estabelecido colónias europeias na Austrália, o número de nativos nas suas vizinhanças diminuiu rapidamente, de tal forma que nalguns dos povoados mais antigos eles desapareceram completamente. É igualmente inegável que a

presença do homem branco é a única razão desta acção deplorável... e que, se nada for feito para a deter, acabará por varrer todas as tribos aborígenes australianas da face da terra.

Não temos uma sombra de direito ou de justiça para legitimar esta agressão — não podemos sequer desculpar-nos com o pretexto de nos termos esforçado por recompensar aqueles a quem causámos danos, ou com o pretexto de termos tentado aliviar o sofrimento causado pela nossa presença.

E por isso ainda hoje ecoam as palavras de ordem pelas ruas de Adelaide: «Peçam perdão! Faça-se justiça! Indemnizem pelos delitos do passado!»

7

Ainda jovem, fui à Islândia num navio que fazia escala na Noruega, no fiorde de Trondheim, para carregar barris de arenque.

Foi no Verão de 1951, numa bela noite por altura das ceifas. O cheiro do feno acabado de ceifar, forte e embriagante. O capitão ficou a bordo, mas o piloto e a tripulação islandesa remaram num bote para terra. Foi-me permitido acompanhá-los. Os islandeses tinham por lá passado muitas vezes antes — eram recebidos como hóspedes bem-vindos e convidados a tomar café de herdade em herdade. Falava-se e ria-se e a atmosfera era boa — até que alguém me viu sentado à porta com um cubo de açúcar na boca e a sorver o café pelo pires da chávena, como era costume nesses tempos*.

* Hábito que ainda prevalece entre as populações mais idosas, predominantemente no norte da Suécia e particularmente na Lapónia. (N. do t.)

— Quem é aquele?

— É um passageiro — responderam os islandeses. Sueco. «Sueco!» Fez-se um silêncio sepulcral na sala. Todas as conversas cessaram, todos os sorrisos se apagaram. Todos olharam para mim. O silêncio parecia interminável. Finalmente falou a bisavó:

— Ah, sueco. Bem, então o que me dizes dos *transportes* em 1942?

O que é que eu havia de dizer? Os transportes das tropas alemãs da Alemanha para a Noruega e de regresso à Alemanha através da Suécia sucederam, na verdade, durante vários anos. Mas foi assim que ela o formulou: «Bem, então o que me dizes dos *transportes* em 1942?» E todos esperavam uma resposta. Tentei uma saída lúdica:

— Eu tinha dez anos em 1942. Não me perguntaram nada.

— Mas tinhas idade suficiente para gozar das regalias — replicou a bisavó.

O silêncio tornou-se insuportável. Agradei o café e escapei-me com o rabo entre as pernas. Achei aquilo incrivelmente injusto! Porquê acusar-me apenas a mim pelo que todos os outros suecos tinham ou não tinham feito? Como se a culpa fosse minha! Como se fosse eu o responsável!

Desci a encosta íngreme do vale. A noite estava clara, os odores eram inebriantes. O barco a remos com que tínhamos vindo a terra tinha baixado vários metros com a maré vazante. Enquanto esperava pelos outros, ia formulando em silêncio um grandioso discurso de defesa: «Não é correcto culpar as crianças por acções cometidas pelos pais. Cada nova geração nasce livre de culpa.»

Se bem que não fosse realmente verdade. A dívida pública passa de geração em geração. O mesmo acontece com a

riqueza nacional, cujo montante é muitas vezes superior ao da dívida pública. Tinha nascido rico só pelo facto de ter nascido sueco. Não era por mérito próprio que vivia melhor que um congolês ou um indonésio. Era como herdeiro de uma sociedade sem problemas e com uma economia bem gerida, em resumo, era como sueco que eu era privilegiado.

E ao receber os benefícios de ser sueco, como poderia eu negar as desvantagens? Foi através do fornecimento de minério, do consentimento ao trânsito das tropas alemãs e outras violações graves da política de neutralidade que a Suécia manteve boas relações com os alemães e escapou à guerra. Era à política covarde de cedências do meu país que eu tinha de agradecer por nunca ter sido vítima de uma bomba ou abatido a tiro ou mesmo ido para a cama com fome. A bisavó tinha razão. Eu tinha compartilhado o espólio e teria, portanto, de partilhar a responsabilidade.

O Hotel Swann Reach, não muito longe de Moorundie, é extremamente caro para o que tem para oferecer. As camas, cheias de covas, parecem ter sido concebidas para dromedários. Depois de ter passado uma noite cheio de frio, completamente vestido e coberto por dois edredões, tomo o pequeno-almoço no *self-service*, ainda atordoadado. A névoa da manhã sobre o rio e o ancoradouro do *ferry* é de um cinzento de estanho, idêntico ao da charneca.

É então que o sol nasce e tudo se transforma de um momento para o outro. De repente tudo se torna *visível*: Caronte, o barqueiro, no seu pequeno *ferry* a atravessar o rio, os troncos indecentemente nus dos eucaliptos, a graciosa árvore da pimenta, debaixo da qual o carro está estacionado.

Continuo para o norte, via Gladstone, por uma paisagem mediterrânica que na costa se transforma num pântano alagado. Port Augusta está localizada numa albufeira na parte mais interior da baía.

Hospedo-me no Hotel Pastoral. A recepção fica no salão de jogos, que é um inferno electrónico de raios e alertas sonoros das máquinas caça-níqueis. Uma mulher aborígene está a trocar dinheiro por fichas de jogo. Joga «O Deserto em Flor» e o

«Trevo da Sorte», joga a «Lagoa Azul» e a «Noite do Dingo». Lá fora, na rua, está a sua filha, sentada, à espera; parece ter uns seis anos.

É a primeira aborígine que vejo durante a minha viagem. Evitamos mutuamente o contacto visual.

A estepe, vazia e plana, começa imediatamente fora da cidade. A oeste fica o deserto de Victoria, a leste o deserto de Simpson.

Foi o topógrafo McDouall Stuart que à terceira tentativa, em 1862, conseguiu encontrar esta faixa de estepe e de savana entre os dois desertos, o que tornou possível atravessar a Austrália da costa sul à costa norte. Foi elogiado e homenageado, recebeu um título nobiliárquico — e morreu quatro anos depois como um desconhecido e alcoólico, em Londres. Mas ainda hoje o caminho que encontrou se chama Stuart Highway.

Uma estrada vermelha através de erva branca, seca. Nunca o horizonte é tão importante como no deserto. Um golpe de espada divide o céu e a terra. Mas mais imponente que a paisagem terrestre é o cenário do céu.

A alguns quilómetros a leste da estrada principal fica Woomera, uma pequena localidade de *bungalows*, simétrica e totalmente planeada de raiz, construída em 1947. Os ingleses precisavam de um lugar onde pudessem morar enquanto testavam os seus mísseis intercontinentais. O enorme campo de testes estendia-se desde as rampas de lançamento em Woomera até à costa oeste da Austrália em Port Hedland — uma distância de 2 400 quiló-

metros de terra de ninguém, com apenas algumas propriedades agrícolas.

Fazendas de brancos, claro está. Nos negros não se pensava.

As residências dos agricultores de seis propriedades foram movidas e realocizadas fora da área de risco. Mulheres e crianças foram evacuadas. Eram dados alertas por telefone antes de cada lançamento. Prometia-se compensação total por quaisquer eventuais danos.

Quando os mísseis Black Knight começaram a ser testados em 1955, foram construídos abrigos em seis residências de agricultores e em onze *outstations** num montante de 30 mil libras. As linhas telefónicas, por sua vez, foram ampliadas por um custo adicional de oito mil libras.

Os negros não tinham nem fazendas nem telefones. Espalhavam-se por uma área do tamanho da Europa Ocidental, ninguém sabia exactamente onde. Grande parte deste território estava «reservado» para os aborígenes. As terras tinham-lhes sido atribuídas na década de 1930 «para todo o sempre». Na década de 1940, a reserva foi-lhes retirada e tornou-se uma área de testes militares. Os nativos tinham recebido as terras, que na altura não possuíam qualquer valor, como compensação por tudo aquilo que lhes fora sonogado. Quando as terras se tornaram subitamente necessárias, de imediato se transformaram em «zona proibida».

A assistência aos nativos foi confiada ao oficial de polícia W. B. MacDougall. Estacionado em Woomera, ele deveria ser

* Na Austrália, o termo *outstation* designa originalmente os acampamentos dispersos das grandes propriedades agrícolas, particularmente das fazendas de gado bovino e ovino. (N. do t.)

responsável pela segurança das populações numa área de mais de um milhão de quilómetros quadrados.

Na prática, verificou-se que o barulho e o lixo dos brancos eram mais perigosos do que os seus mísseis. Ao longo das estradas e à volta dos locais de observação na área de testes cresciam pequenas montanhas de lixo dos privilegiados, que atraíam os aborígenes, uma vez que o tráfego lhes assustava a caça. Os nómadas do deserto sedentarizaram-se como aves de rapina nos montes de lixo dos brancos.

IO

A Ásia tem algumas das áreas mais densamente povoadas do mundo, a Austrália é o continente com menor densidade populacional. De facto, vista numa perspectiva chinesa ou indonésia, a Austrália parece ser praticamente desabitada. A mesma doutrina da «*terra nullius*», que os ingleses invocaram aquando da ocupação da Austrália, daria aos asiáticos o direito de assumir o controlo do país.

Mas os australianos brancos estavam determinados a tornar o país branco. Uma das primeiras leis que a Federação Australiana criou foi a *Immigration Restriction Act* em 1901.

Uma das coisas que se mostraram especialmente eficazes para impedir a imigração não europeia foi a prova de ditado. O parágrafo nem sequer mencionava raça ou religião, designando simplesmente por imigrante não desejado todo aquele que, num ditado formal, não conseguisse escrever 50 palavras «numa língua europeia qualquer». Se se tratasse de alguém que era bem-vindo, dava-se-lhe a oportunidade de escolher a língua do ditado. Mas no caso de um asiático, mesmo com um

brilhante conhecimento de inglês, alemão ou francês, podia simplesmente ser excluído com um ditado em qualquer outra língua europeia, como por exemplo o húngaro.

O teste de ditado foi usado até 1958. Nessa altura foi promulgada a *Migration Act*, que prescreve que qualquer estrangeiro sem visto de entrada pode ser detido enquanto o seu processo estiver em fase de instrução. Tão-pouco nesta lei se menciona raça ou religião — mas, na prática, não é aplicada aos cerca de 50 mil brancos que, frequentemente e desde há décadas, se mantêm na Austrália em situação ilegal; é porém — e exclusivamente — aplicada aos refugiados asiáticos (*boat people*).

De 1989 a 1994 vieram do Camboja, de 1994 a 1997 da China e, a partir de 1997, do Iraque e do Afeganistão. O número total entre 1989 e 1997 foi inferior a 3 mil, dos quais 2 300 foram expulsos depois de terem sido detidos.

Não se considera que os detidos tenham chegado à Austrália, apesar de lá se encontrarem — são classificados como «*non-entrants*», «não ingressados». Estão detidos em seis campos em partes remotas do país, incluindo Woomera.

A cidade abandonada do campo de testes está hoje transformada em centro de detenção de refugiados. Os primeiros detidos chegaram em Novembro de 1999. Depois de mais de um ano no campo sem verem os seus casos resolvidos, 500 refugiados evadiram-se e desapareceram. As autoridades responderam com arame farpado, canhões d'água, guardas armados e proibição de visitas. Os campos de internamento tornaram-se campos de concentração.

Homens, mulheres e crianças vivem presos há anos sem serem informados dos seus direitos legais, sem contacto com o mundo exterior, na incerteza, na humilhação e no desespero.

NOTA BIOGRÁFICA

Sven Lindqvist nasceu em 1932, em Estocolmo, onde vive ainda hoje. Viajou extensamente por África, pela Ásia e pela América Latina, continentes sobre os quais escreveu ensaios, reportagens e romances, quase sempre com um enfoque nos temas do racismo, do colonialismo e da guerra.

Dos seus mais de trinta livros, destacam-se *Exterminem Todas as Bestas* (Caminho, 2005), *A History of Bombing* e *Desert Divers*, que foi um dos finalistas do Prémio de Literatura de Viagens Thomas Cook.

NESTA COLECÇÃO

- | | | | |
|--|---|--|--|
| Morte na Pérsia
<i>Annemarie Schwarzenbach</i>
(trad. Isabel Castro Silva) | Na Síria
<i>Agatha Christie</i>
(trad. Margarida Periquito) | Viagem a Tralalá
<i>Wladimir Kaminer</i>
(trad. Helena Araújo) | Hav
<i>Jan Morris</i>
(trad. Raquel Mouta e Vasco Gato) |
| Uma Ideia da Índia
<i>Alberto Moravia</i>
(trad. Margarida Periquito) | A Viagem dos Inocentes
<i>Mark Twain</i>
(trad. Margarida Vale de Gato) | Histórias de Londres
<i>Enric González</i>
(trad. Carlos Vaz Marques) | Mi Buenos Aires Querido
<i>Ernesto Schoo</i>
(trad. Carlos Vaz Marques) |
| Paris
<i>Julien Green</i>
(trad. Carlos Vaz Marques) | Viva México
<i>Alexandra Lucas Coelho</i> | Os Primos da América
<i>Ferreira Fernandes</i> | Histórias de Roma
<i>Enric González</i>
(trad. Rita Almeida Simões) |
| O Japão é Um Lugar Estranho
<i>Peter Carey</i>
(trad. Carlos Vaz Marques) | Jerusalém — Ida e Volta
<i>Saul Bellow</i>
(trad. Raquel Mouta) | Cadernos Italianos
<i>Eduardo Pitta</i> | A Estrada para Oxiana
<i>Robert Byron</i>
(trad. Raquel Mouta) |
| Veneza
<i>Jan Morris</i>
(trad. Raquel Mouta) | Caminhar no Gelo
<i>Werner Herzog</i>
(trad. Isabel Castro Silva) | Um Gentleman na Ásia
<i>Somerset Maugham</i>
(trad. Raquel Mouta) | Dália Azul, Ouro Negro
<i>Daniel Metcalfe</i>
(trad. Susana Sousa e Silva) |
| Caderno Afegão
<i>Alexandra Lucas Coelho</i> | Cartas do Meu Magrebe
<i>Ernesto de Sousa</i> | Mais Um dia de Vida — Angola 1975
<i>Ryszard Kapuściński</i>
(trad. Ana Saldanha) | Era Uma Vez em Goa
<i>Paulo Varela Gomes</i> |
| Disse-me Um Adivinho
<i>Tiziano Terzani</i>
(trad. Margarida Periquito) | Viagem de Autocarro
<i>Josep Pla</i>
(trad. Carlos Vaz Marques) | Vai Brasil
<i>Alexandra Lucas Coelho</i> | Viagem à Volta do Meu Quarto
<i>Xavier de Maistre</i>
(trad. Carlos Sousa Almeida) |
| Nova Iorque
<i>Brendan Behan</i>
(trad. Rita Graña) | O Colosso de Maroussi
<i>Henry Miller</i>
(trad. Raquel Mouta) | Dicionário de Lugares Imaginários
<i>Alberto Manguel e Gianni Guadalupi</i>
(trad. Carlos Vaz Marques e Ana Falcão Bastos) | |
| Histórias Etíopes
<i>Manuel João Ramos</i> | O Murmúrio do Mundo
<i>Almeida Faria</i> | | |

terra nullius

*foi composto em caracteres Hoefle Text e impresso
na Rainho & Neves, Artes Gráficas, em papel
Coral Book de 80 g, no mês de Maio de 2015.*